

Aumento da dívida pública limita gastos em 98

Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

Juros e encargos deverão chegar a R\$ 37,2 bilhões e superam em quase cinco vezes os recursos previstos para investimentos

O esperado crescimento de 54% no estoque da dívida pública federal bruta (interna e externa) neste ano, em relação a 1996, de R\$ 231 bilhões para R\$ 356 bilhões, vai impor novas restrições nos gastos públicos em 1998. Além de contar com R\$ 15 bilhões da privatização para amortizar a dívida no próximo ano, o governo federal quer retirar recursos de várias áreas para o resgate de títulos públicos e pagamento de juros.

Entre eles estão R\$ 4,1 bilhões de receitas ordinárias — oriundas da cobrança de impostos criados para custear gastos nas áreas sociais — e R\$ 1,8 bilhão da concessão dos serviços de telecomunicações, de acordo com a proposta do Orçamento Geral da União para 1998. Ao todo, o governo pretende aplicar R\$ 30 bilhões para amortizar a dívida no próximo ano. Com esse esforço, a expectativa é segurar em 6% o crescimento do estoque da dívida deste ano para 1998, estimado em R\$ 378 bilhões, a preços correntes de junho de 1997.

“A conta de juros e encargos da dívida (R\$ 37,2 bilhões), 4,4 vezes maior do que os investimentos planejados para o próximo ano (R\$ 8,4 bilhões), vai continuar absorvendo a capacidade de poupança do Estado”, afirma o relator do Orçamento Geral da União, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), em seu parecer preliminar aprovado na semana passada. O valor para investimentos é 20% inferior ao autorizado para 1997 e parcela significativa será absorvida pelo Programa Brasil em Ação, carro-chefe da propaganda do governo Fernando Henrique Cardoso.

O acordo da dívida dos estados junto à União explica em grande parte o aumento da dívida e dos gastos com juros. Na composição do estoque, a dívida mobiliária federal interna é o item que mais crescerá (90%) de dezembro passado para o final deste ano, saindo de R\$ 123 bilhões para R\$ 235 bilhões. Segundo o Tesouro Nacional, esse número vai parar de subir em 1998, devendo ficar em R\$ 256 bilhões. Já a dívida externa pouco

foi alterada: estava em R\$ 97 bilhões em 1996, deverá fechar em R\$ 104 bilhões em 1997 e foi estimada em R\$ 107 bilhões em 1998.

No conceito de juros reais líquidos — que desconta os juros recebidos pelo governo federal —, o crescimento deste ano para 1998 também será expressivo: 33%. O total passará de R\$ 15,8 bilhões para R\$ 21 bilhões, de acordo com cálculos do próprio governo. O salto no estoque da dívida pública foi mais uma razão para a equipe econômica elaborar a proposta orçamentária dentro da lógica de reforço ao plano de estabilização, em que uma das premissas básicas depois da queda da

inflação é melhorar as contas públicas e manter a dívida líquida total do setor público na casa dos 32% do Produto Interno Bruto (PIB).

“Ao usar R\$ 15 bilhões da privatização para abater a dívida, vamos gerar uma economia anual de R\$ 3 bilhões na conta de juros, se permanecerem as atuais taxas”, enfatiza o secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa. Na avaliação dele, a mensagem de austeridade implícita na proposta orçamentária é ainda mais premente em um ano de eleições, quando o setor público tende a abrir as torneiras. “Atendemos o que foi possível na área social sem abandonar as exi-

gências do ajuste fiscal”, argumenta o secretário-adjunto. Ele acrescenta que o atual aperto nos investimentos é temporário e poderá se reverter em liberação permanente de recursos, num futuro não muito distante.

Esse é também o objetivo dos vários passos realizados nos dois últimos anos para o alongamento do perfil da dívida. No mês passado, o Tesouro Nacional aumentou de um ano para 24 meses o prazo de resgate dos papéis pré-fixados e aumentou de três anos para cinco anos o vencimento de títulos públicos indexados ao câmbio. “A ampliação do prazo médio de resgate, de 96 dias para 196 dias de agosto de 1996 para o mesmo mês

deste ano, aliada à queda nas taxas de juros, vai resultar em alívio de recursos públicos para outros gastos”, disse Barbosa. A taxa de juros real acumulada para 1998 é estimada em 11,8%, contra 12,2% neste ano.

O Congresso, no entanto, acha que o governo poderia continuar com sua prioridade de estancar a dívida e, ao mesmo tempo, não ser tão restritivo nos gastos públicos. “Somente de recursos ordinários o governo quer gastar R\$ 4,1 bilhões para pagar juros e amortização da dívida, seis vezes mais do que os R\$ 700 milhões retirados neste ano dessa fonte de receitas para a mesma finalidade”, constata o deputado Sérgio Miranda (PC do

B-MG). Insatisfeita com essa política do governo, a Comissão Mista de Orçamento já sinalizou que vai aumentar as verbas para saúde em R\$ 1,2 bilhão para, no mínimo, garantir ao setor em 1998 os mesmos R\$ 20,3 bilhões autorizados para este ano.

Os parlamentares apontam outros mecanismos utilizados pelo governo para conter os gastos públicos. É o caso do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização da Receita Federal (Fundaf), que está canalizando R\$ 734 milhões de seu orçamento total de R\$ 2,3 bilhões para a compra de títulos do Tesouro Nacional. Ainda de acordo com a proposta orçamentária, a Superintendência Nacional de Seguros Privados (Susep) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) querem aplicar nesses papéis, respectivamente, R\$ 10 milhões e R\$ 25,8 milhões, o equivalente a 60% de seu orçamento, exceto pessoal.

“É estranho que órgãos de controle do governo federal deixem de aplicar na fiscalização de áreas em processo de abertura para o capital estrangeiro e no combate à sonegação para investir em títulos do Tesouro”, contesta o deputado Miranda. Ele acrescenta que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não prevê quando o dinheiro desses órgãos voltará a ser receita. “Ao contrário do que se pensa, o grande ralo do Orçamento não são os investimentos, mas sim a relação dos gastos públicos com o setor financeiro”, afirma.

Apesar de todo esse esforço, o déficit operacional do governo central (Tesouro Nacional e Banco Central) deverá crescer de R\$ 10,7 bilhões para R\$ 13,5 bilhões, deste ano para o próximo — ou de 1,27% para 1,45% do Produto Interno Bruto (PIB). A melhora obtida na elevação do superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros) tem sido insuficiente para fazer frente ao aumento da conta de juros. Como o superávit primário possível em 1998 é de R\$ 7,4 bilhões — 0,8% do PIB contra 0,6% esperados para 1997 —, ainda sobrarão R\$ 13,5 bilhões de déficit operacional para serem cobertos com os recursos da privatização.